

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.287 - DF  
(2020/0228164-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**  
**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS -**  
**DF011694**  
**JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241**  
**NEYANNE FELIPE BEZERRA ARAUJO - DF036594**  
**DAISY MACHADO MENDES DE OLIVEIRA - DF036226**  
**REBECCA LAMPERT GOMES DE SÁ - DF058923**  
**CAIO CESAR FARIAS LEONCIO - DF035337A**  
**EMBARGADO : LUCIANA DO AMARAL AVELAR NASCIMENTO**  
**ADVOGADO : PAULO OLIVEIRA LIMA - DF009077A**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

Assim, com a devida vênia, a r. decisão embargada restou omissa quanto ao fato de que o v. acórdão recorrido não se manifestou sobre os princípios da cooperação e da efetividade da execução, mesmo após a oposição de embargos de declaração, com o objetivo de que todos os envolvidos na lide colaborem entre si para o desenvolvimento jurisdicional, inclusive, o juiz da causa que tem o dever legal de praticar atos que venham a possibilitar o desfecho célere do processo como, no presente caso, adotar medida atípica (apreensão da carteira nacional de habilitação do executado) visando a satisfação de crédito exequente.

(...)

Ocorre que, diferentemente do disposto pela r. decisão embargada, com a devida vênia, a análise recursal em nada necessita do revolvimento da matéria fática, visto que esta e. Corte apenas deverá avaliar a seguinte tese jurídica: “as medidas indutivas ou coercitivas seriam necessárias, uma vez que a devedora furtar-se-ia ao cumprimento da obrigação” (e-STJ fl. 81) (fls. 285/286).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos

declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

De fato, o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal a quo.

Além disso, a pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório da lide, o que fez incidir, na espécie, o teor da Súmula n. 7 do STJ.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente